

PROVISÓRIO

SUMÁRIO

Capítulo I – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA: A PETIÇÃO INICIAL.....	33
1.1 Observações acerca da petição inicial da reclamação trabalhista ...	33
1.1.1 Mais objetividade.....	33
1.1.2 A destacar na petição inicial: procedimentos ordinário e sumaríssimo.....	38
1.1.3 Reclamação sujeita ao procedimento ordinário.....	38
1.1.4 Reclamação sujeita ao rito sumaríssimo – Lei nº 9.957/2000.....	46
1.1.5 Acerca do rito sumário.....	47
1.1.6 Documentos importantes a serem apresentados com a inicial.....	48
1.1.7 Inépcia da inicial: pedidos líquidos e desnecessidade de planilha de cálculos.....	48
1.1.8 Aditamento à inicial – até quando pode ser feito.....	59
1.1.9 A desistência da reclamação ou de algum pedido: até quando pode ocorrer sem depender da anuência do reclamado	64
Capítulo II – ACERCA DA DEFESA DO RECLAMADO.....	69
2.1 A apresentação de documentos no PJE	69
2.2 Do interstício mínimo para a preparação da defesa.....	72
2.2.1 O prazo para apresentação da contestação oral e da contestação escrita.....	73
2.3 Sigilo e segredo de justiça – Diferenças.....	74
2.3.1 Sigilo na resposta do réu e seus documentos.....	76
2.4 Sobre a exceção.....	77
2.4.1 Procedimento do incidente de exceção.....	77

2.4.2	Acerca da suspeição do juiz – na CLT.....	78
2.4.2.1	Impedimentos do juiz – no CPC.....	79
2.4.2.2	Suspeição do juiz – no CPC.....	80
2.4.2.3	Do procedimento da exceção de suspeição ou de impedimento.....	81
2.4.3	Sobre a exceção de incompetência relativa – em razão do lugar.....	81
2.4.3.1	Exceção de incompetência relativa – CLT reformada.....	103
2.5	Acerca da contestação.....	106
2.5.1	A contestação.....	106
2.5.2	Contestação e defesa processual.....	107
2.5.3	Importante: alegação de compensação e dedução.....	122
2.5.4	Estrutura formal de uma contestação.....	124
2.5.5	Contestação – preliminar – indeferimento da gratuidade de Justiça à parte reclamante.....	133
2.5.6	Contestação – Defesa de mérito e precedentes vinculantes do TST.....	140
2.6	A reconvenção.....	146
2.6.1	O que é a reconvenção?.....	146
2.6.2	Acerca da reconvenção – legislação.....	146
Capítulo III – DA AUDIÊNCIA.....		151
3.1	Audiência – Horários e atrasos.....	151
3.2	Do comparecimento das partes em audiência.....	154
3.3	Representação do empregador: carta de preposição – preposto.....	155
3.4	Do não comparecimento dos litigantes na audiência.....	160
3.4.1	Do arquivamento da ação – Lei 13.467/17.....	171
3.4.1.1	Do arquivamento da reclamação.....	171
3.4.2	Mitigação dos efeitos da revelia e novos efeitos da presença do advogado na audiência – Lei 13.467/17 – Reforma Trabalhista.....	180
3.4.3	Ausência da reclamada na audiência, revelia e confissão e ônus da prova no tocante à existência de relação de emprego e à jornada de trabalho.....	181
3.5	A audiência una e o seu fracionamento.....	185

3.6	O fracionamento da audiência. Art. 849 da CLT.....	185
3.7	Ausência das partes por motivo relevante.....	187
3.8	Cuidados com o pedido de adiamento da audiência.....	188
3.9	A importância da conciliação: uma mudança de paradigma.....	190
3.9.1	O princípio da conciliação.....	190
3.9.2	Quiz da conciliação	194
3.9.3	Observações importantes	198
3.9.3.1	A homologação do acordo constitui uma faculdade do juiz.....	198
3.9.3.2	Acordo – Incidência ou não de contribuição previdenciária	199
3.9.3.3	Possibilidades de negociação e o que pode ser objeto do acordo e de quitação.....	200
3.9.3.4	Acordo com quitação geral do extinto contrato de trabalho.....	201
3.10	Técnicas de conciliação.....	203
3.10.1	Técnica do silêncio	203
3.10.2	Audição da proposta implícita.....	204
3.10.3	Evitar o enfoque prospectivo	204
3.10.4	Inversão de papéis (empatia/validação).....	204
3.10.5	Bode na sala	205
3.10.6	Preposto sem autonomia (falso preposto).....	206
3.10.7	Beliscada	207
3.10.8	Não se impressionar com os ultimatos.....	208
3.10.9	Cuidado: o advogado <i>ex adverso</i> não é um inimigo.....	209
3.10.10	A busca pelo acordo, mesmo que parcial	209
3.10.11	Organização de questões e interesses.....	210
3.10.12	Compromisso e coerência	210
3.10.13	A política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito da justiça do trabalho: CONAPROC, NUPEMEC e CEJUSC	211
3.10.13.1	Mediação Pré-processual	222
3.10.13.2	O Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais.....	223
3.10.13.3	O Portal da Conciliação	226
3.11	Homologação de acordo extrajudicial	226

3.12	A irrecorribilidade do termo de conciliação judicial.....	234
3.13	Das provas em audiência.....	234
3.13.1	A distribuição do ônus da prova.....	235
3.13.1.1	A distribuição estática do ônus da prova.....	237
3.13.1.2	A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	240
3.13.1.3	Não dependem de prova	243
3.14	Acerca da instrução processual.....	247
3.14.1	O interrogatório e a CLT.....	247
3.14.2	O depoimento das partes e o CPC.....	250
3.14.3	Da prova testemunhal.....	253
3.14.3.1	O comparecimento de testemunhas à audiência	255
3.14.3.2	A testemunha que não comparece à audiência.....	256
3.14.3.3	Do depoimento da testemunha	256
3.14.3.4	Sobre a contradita de testemunha – e a subsidiariedade do CPC.....	257
3.14.3.5	Quem não pode depor como testemunha, segundo o CPC/2015.....	257
3.14.4	Contradita e preclusão	264
3.14.5	A inquirição das testemunhas	271
3.14.6	A testemunha, o compromisso de dizer a verdade e a multa prevista na CLT	274
3.14.7	Acerca da prova emprestada	276
3.14.8	Depoimentos e a postura dos advogados.....	283
3.14.9	O indeferimento de prova em audiência e o efeito antipreclusivo do protesto em face dessa decisão	284
3.15	Técnicas de interrogatório.....	288
3.15.1	O interrogatório das partes	289
3.15.2	Condutas para uma atuação eficiente em audiência.....	291
3.15.3	Perguntas a serem evitadas no interrogatório e/ou no contrainterrogatório.....	293
3.16	A audiência e a distribuição do ônus da prova: questionário de verificação prática.....	294
3.17	Da prova documental	313

3.17.1	Documentos trabalhistas típicos e a presunção relativa de verdade de seu conteúdo	315
3.17.2	Da oportunidade de juntada de prova documental.....	317
3.17.2.1	Prova documental – Pedidos baseados em CCT ou ACT	320
3.17.3	Da (i)licitude da prova documental – gravação de conversas.....	322
3.17.4	Da prova digital	325
3.17.4.1	A nova sociedade hiperconectada e a prova digital	325
3.17.4.2	A prova digital e o seu respaldo legal.....	329
3.17.4.3	Prova digital: pressupostos para o reconhecimento da sua validade e utilidade	333
3.17.4.4	Prova digital: meios de obtenção em fontes abertas e fontes fechadas	342
3.17.4.5	Prova digital - Geolocalização.....	343
3.17.4.6	Prova digital - Prints de WhatsApp e a (im) prescindibilidade da ata notarial	357
3.17.4.7	Prova digital – O ônus de provar a sua integridade e autenticidade.....	371
3.17.4.8	Prova digital – A sua utilização na fase de execução. Fontes abertas e fontes de acesso restrito e pesquisa patrimonial.....	372
3.17.5	Videomonitoramento do ambiente de trabalho – revistas em pertences do empregado	374
3.17.6	Monitoramento de correio eletrônico	377
3.18	A prova pericial (CLT).....	379
3.18.1	A prova pericial no CPC	382
3.18.2	Perícia e revelia.....	384
3.18.3	O laudo pericial e o livre convencimento do juiz.....	385
3.18.4	A prova técnica simplificada: novidade do CPC 2015.....	387
3.18.5	Honorários periciais – Lei nº 13.467/2017	388
3.18.6	O cadastramento de peritos para atuação na Justiça do Trabalho.....	392
3.19	Acerca do trabalho do perito em casos envolvendo acidente de trabalho e doença ocupacional.....	397

3.20	Sobre a inspeção judicial	411
3.21	Acerca das audiências Telepresenciais – Pandemia Covid-19.....	412
3.21.1	A Covid-19 e a natureza essencial da atividade jurisdiccional	412
3.21.1.1	Pandemia Covid 19 – registro histórico das atividades da justiça do trabalho	413
3.21.2	A retomada das atividades jurisdicionais, porém com a vedação ao trabalho presencial – Resolução nº 314/2020 – CNJ	415
3.21.3	Videoconferências em audiências.....	415
3.21.4	A retomada gradual dos atos jurisdicionais – audiências telepresenciais.....	417
3.21.5	Preparativos para a realização da audiência telepresencial.....	417
3.21.6	Cuidados do(a) secretário(a) de audiência para o uso da sala de audiência telepresencial.....	418
3.21.7	Da orientação às partes e procuradores quanto ao fornecimento de contatos	418
3.21.8	Quando a parte pretende a oitiva de testemunha.....	419
3.21.9	Oitiva da testemunha – cuidados.....	419
3.21.10	Da audiência de conciliação sem a presença das partes	420
3.21.11	Do ingresso das partes e advogados na sala virtual de audiência.....	420
3.21.12	Da gravação da audiência e da necessidade de ata	420
3.21.13	Falha durante a transmissão da audiência virtual.....	421
3.21.14	A gravação da audiência telepresencial poderá ser descartada	421
3.21.15	Solicitação de audiência visando conciliação.....	421
3.21.16	Cartas precatórias.....	421
3.21.17	Da vestimenta adequada.....	421
3.21.18	Da resistência à audiência telepresencial	422
3.21.18.1	O dever geral de cooperação e boa-fé e a razoável duração do processo.....	422
3.21.18.2	A coleta prévia de provas e preparação de defesa	422

3.21.18.3	Da suposta faculdade da parte em não aderir à audiência telepresencial.....	423
3.21.18.4	Da oscilação do sinal de internet e da dificuldade com o uso da tecnologia	428
3.21.19	Da instrução processual e da garantia de incomunicabilidade de partes e de testemunhas.....	431
3.21.20	A prova técnica simplificada telepresencial	432
3.21.21	Da publicidade da audiência por videoconferência – Acadêmicos de direito e terceiros podem assisti-la	433
3.21.22	Sustentações orais telepresenciais em sessões do TRT..	433
3.22	Honorários advocatícios sucumbenciais.....	433
Capítulo IV – RAZÕES FINAIS E SUA UTILIDADE		445
Capítulo V – ACERCA DA ÚLTIMA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO ..		447
Capítulo VI – SOBRE VERBAS RESCISÓRIAS E SUA APURAÇÃO....		451
6.1	Aviso prévio.....	451
6.1.1	Aviso prévio – prazo para a sua concessão. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço	451
6.1.2	Aviso prévio indenizado	454
6.1.3	Efeitos do aviso prévio no contrato	454
6.1.4	A ocorrência de infração trabalhista no curso do aviso prévio trabalhado. Justa Causa e Rescisão indireta.....	457
6.1.5	Verbas rescisórias de natureza indenizatória não devidas no caso de justa causa	458
6.1.6	Falta patronal no curso do aviso – rescisão indireta	459
6.1.7	Verbas rescisórias devidas na rescisão indireta – justa causa patronal.....	459
6.1.8	Apuração do aviso prévio	460
6.2	Apuração do 13º salário.....	460
6.3	Apuração de férias, com 1/3	461
6.4	Apuração do FGTS e multa de 40%.....	464
6.5	Apuração das horas extras.....	468

Capítulo VII – REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017 – SUBSÍDIOS DE DIREITO MATERIAL PARA UMA ATUAÇÃO EFICIENTE EM AUDIÊNCIA.....	471
7.1 Não é mais obrigatória a assistência sindical ou do Ministério do Trabalho para homologação de pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão	472
7.2 Férias: possibilidade de fracionamento	472
7.3 As férias não mais poderão ter início na véspera de feriados e do repouso semanal	473
7.4 Foi unificado o prazo para o empregador pagar a rescisão contratual.....	474
7.5 Foi autorizada a terceirização ampla, tanto da atividade-meio, quanto da atividade-fim da empresa.....	474
7.6 Mulheres trabalhadoras – acabou o intervalo obrigatório de descanso (15 min) antes de iniciar o cumprimento de horas extras.....	478
7.7 Gestantes e lactantes passaram a poder trabalhar em ambiente e atividades de insalubridade média e mínima	479
7.8 Os horários dos descansos para amamentação poderão ser definidos em acordo individual entre patrão e empregado.....	482
7.9 Algumas parcelas pagas ao empregado não mais integram a remuneração e nem gerarão reflexos em outras verbas contratuais	483
7.10 Ficou mais difícil o empregado conseguir equiparação salarial com um colega da mesma empresa	486
7.11 Não é mais necessário firmar convenção coletiva ou acordo coletivo para a adoção do regime de trabalho 12 x 36.....	489
7.12 O intervalo para repouso e alimentação no trabalho na escala 12 x 36 poderá ser indenizado ao invés de usufruído.....	490
7.13 Escala 12 x 36 – o pagamento pelo intervalo suprimido não mais refletirá nas outras verbas contratuais.....	492
7.14 Escala 12 x 36 – a remuneração ajustada para quem trabalhar na escala 12 x 36 já contempla os domingos e feriados trabalhados	493
7.15 Escala 12 x 36 e o trabalho insalubre – dispensa de autorização do Ministério do Trabalho	493

7.16	A escala 12 x 36 e o fim da remuneração da hora noturna prorrogada.....	494
7.17	Escala 12 x 36 – a prestação de horas extras habituais não mais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas	495
7.18	Horas <i>in itinere</i> ou horas de percurso não configuram tempo à disposição do empregador.....	497
7.19	As horas <i>in itinere</i> e o acidente de trabalho de percurso.....	498
7.20	Intervalo intrajornada parcialmente usufruído e o direito limitado ao pagamento do tempo de intervalo restante	500
7.21	A reparação do dano extrapatrimonial e sua parametrização – ADI 6.050, 6.082 e 6.069.....	501
7.22	O direito de imagem do empregado e o uso de uniforme com logomarca dos parceiros comerciais do empregador ou dos produtos deste.....	510
7.23	Teletrabalho e horas extras	510
7.24.1	Teletrabalho: previsão contratual como requisito para a sua adoção.....	515
7.24	Férias: fracionamento – empregados menores e os maiores de 50 anos	515
7.25	A reforma trabalhista e a duração de convenção coletiva limitada a dois anos – vedação à ultratividade	515
7.26	Interrupção da prescrição apenas pelo ajuizamento de RT – OJ 392 da SDI 1-TST	517
7.27	A possibilidade de pactuação de cláusula compromissória de arbitragem – mitigação da atuação da justiça do trabalho.....	518
7.28	Plano de demissão voluntária (PDV) em CCT ou ACT – adesão e quitação plena	519
7.29	O termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria, com eficácia liberatória.	519
7.30	O autônomo com exclusividade e vinculado de forma contínua ao contratante sem ser empregado	520
7.31	O contrato de trabalho intermitente	521
7.32	A contagem de prazos processuais.....	526
7.33	O arquivamento da reclamação e a sua renovação: embaraço ao acesso à jurisdição.....	528

7.34	O abrandamento dos efeitos da revelia para o reclamado cujo advogado compareça à audiência munido de defesa.....	531
7.35	Até quando a reclamada poderá apresentar a sua defesa no processo judicial eletrônico – PJE?	532
7.36	Da desistência da reclamação no PJE.....	533
7.37	A Reforma trabalhista e a terceirização.....	537
7.37.1	Terceirização e quarentena	542
7.37.2	Da responsabilidade do contratante de serviço terceirizado no tocante às obrigações trabalhistas em sentido restrito	543
7.37.3	Terceirização e responsabilidade civil	544
7.38	A reforma trabalhista e o valor máximo a ser recolhido a título de custas processuais	545
7.39	Homologação de acordo extrajudicial e seu procedimento.....	546
7.40	O depósito recursal em conta vinculada ao juízo	548
7.41	O depósito recursal pela metade ou dispensado – inovação trazida pela reforma trabalhista	550
7.42	Sobre os honorários periciais provisórios	551
7.43	Honorários periciais definitivos a serem pagos ao perito da justiça.....	552
7.44	A reforma estabeleceu hipóteses que não podem ser configuradas como tempo à disposição do empregador	552
7.45	Equiparação salarial e discriminação por motivo de sexo ou etnia – previsão de multa.....	554
7.46	Pagamento rescisório – época própria – e possibilidade de pagamento via depósito bancário.....	555
7.47	Extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador (art. 484-A)	556
7.48	Reforma trabalhista – a prevalência do convencionalizado sobre o legislado	557
7.49	A majoração da multa por empregado sem anotação em CTPS (Art. 47).....	560
7.50	Valor do gravame de hora extra – atualização para 50% conforme CF – (art. 59, § 1º).....	561
7.51	O cálculo das horas extras nos regimes 12 x 36, 12 x 24, 12 x 48, 24 x 24 e 24 x 48	562

7.52	A lei da liberdade econômica e as alterações no tocante a registro de jornada de trabalho	567
7.53	Sobre assédio moral e assédio sexual no trabalho.....	568
7.53.1	Assédio moral – conceito	569
7.53.2	Tipos de assédio moral	572
7.52.2.1	Assédio moral interpessoal.....	572
7.53.2.1.1	Assédio moral vertical descendente, assédio moral horizontal, assédio moral vertical ascendente e assédio moral misto	573
7.53.2.2	Assédio moral organizacional ou institucional	575
7.53.3	Assédio moral no trabalho – iniciativa	578
7.53.4	Os propósitos do assediador	578
7.53.5	O processo de assédio moral: elementos componentes e característicos	578
7.53.6	Assédio moral – vítimas mais frequentes.....	579
7.53.7	Condutas tipificadoras de assédio moral – as mais comuns.....	580
7.53.8	Assédio sexual – conceito.....	582
7.53.8.1	Assédio sexual por chantagem (ou por intercâmbio).....	583
7.53.8.2	Assédio sexual ambiental (ou por intimidação)	583
7.53.8.3	Evidências de assédio sexual ambiental	583
7.53.9	Assédio moral e sexual – principais consequências	585
7.53.10	Provas do assédio.....	588
7.53.11	Efeitos jurídicos dos assédios moral e sexual no trabalho	589
7.53.12	Efeitos jurídicos quando o assédio é praticado por outro empregado e não pelo empregador.....	589
7.53.13	Assédio moral e assédio sexual – tipificação penal	589
7.53.14	Assédio moral no serviço público é considerado improbidade	591
7.53.15	Assédio moral e sexual no âmbito da advocacia.....	593
7.53.16	A responsabilidade civil do assediador, o tabelamento do dano moral e o dano em ricochete.....	594

7.53.17	Assédio moral e assédio sexual. Condutas a serem adotadas pela vítima e pelas pessoas que presenciam essas práticas abusivas.....	600
Capítulo VIII – A FASE DE EXECUÇÃO E O EFETIVO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA		
605		
8.1	Reclamação trabalhista e pedidos líquidos – sentença líquida – considerável vantagem para a rápida execução da sentença.....	606
8.2	Limitação ao impulso oficial – execução de sentença.....	606
8.3	A aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho	609
8.4	Liquidação da sentença – vista obrigatória às partes, para impugnação fundamentada da conta de liquidação.....	610
8.4.1	A atualização monetária dos débitos trabalhistas. Índice aplicável.	612
8.5	O rito da execução – a reforma trabalhista, a suposta modernidade e a eficiência do procedimento	618
8.6	Reforma trabalhista – penhora – inovações acerca da garantia do juízo	620
8.7	Reforma trabalhista – a inclusão do nome do devedor em cadastro de devedores – anotações no BNDT – protesto – SERASAJUD.....	621
8.8	Reforma trabalhista – responsabilidades do sócio que se retira da sociedade – a reforma e a maior segurança jurídica.....	622
8.9	Reforma trabalhista – dificuldades para a caracterização do grupo econômico e restrição das medidas executivas.....	623
8.10	A reforma trabalhista e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica do CPC.....	624
8.10.1	O IDPJ e a Lei da Liberdade Econômica	626
8.11	Sucessão de empregadores e as responsabilidades das empresas sucessora e sucedida	635
8.12	Ações visando a penhora de bens do devedor – ferramentas que auxiliam na identificação do patrimônio dos devedores e na sua apreensão.....	637
	PESQUISA PATRIMONIAL.....	638
	BACENJUD/SISBAJUD	639
	RENAJUD	642

INFOJUD	646
SIMBA	648
CCS	649
CNIB	651
PENHORA <i>ON-LINE</i>	654
PREVJUD	655
CAGED	655
CENSEC	656
SISCOAF.....	657
INFOSEG.....	658
ANAC	658
SNCR	659
SERASAJUD.....	660
FACEBOOK, INSTAGRAM E LINKEDIN	661
GOOGLE E IZITO	662
<i>SITE</i> DE BUSCA DE PROCESSOS JUDICIAIS.....	662
QSA - IDPJ.....	663
IDENTIFICAÇÃO DE FILIAIS DA EXECUTADA.....	664
PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA.....	667
COMPROT.....	668
PROJETO GARIMPO: Tratamento Adequado dos Depósitos Ju- diciais em Processos Arquivados Definitivamente.....	669
8.13 Execução – cumprimento de sentença – outras medidas eficazes à entrega da prestação jurisdicional.....	674
8.13.1 A remoção imediata do bem móvel penhorado.....	676
8.13.2 Penhora no rosto dos autos de ações movidas pelo executado em outros ramos da jurisdição	677
8.13.3 Adjudicação antecipada.....	677
8.13.4 Penhora de bem de família suntuoso	678
8.13.5 Penhora de bem de família na execução de condenação decorrente de responsabilidade civil	679
8.13.6 Penhora de salários, de proventos de aposentadoria e de caderneta de poupança no CPC de 2015	679
8.13.7 Medidas indutivas, coercitivas e mandamentais atípi- cas – retenção de passaporte, de CNH, de cartões de crédito e outras privações.....	685

8.13.8	A reforma trabalhista e a execução de honorários de sucumbência	691
8.13.9	Execução individual da decisão genérica proferida nos autos da ação coletiva.....	696
8.13.10	Acerca da possibilidade de parcelamento da dívida – art. 916 do CPC.....	701
8.13.11	Centralização das execuções contra os grandes devedores – REEF e PEPT	709
8.13.11.1	Plano Especial de Pagamento Trabalhista – PEPT	711
8.13.11.2	Regime Especial de Execução Forçada – REEF	713
8.14	Execução direcionada à devedora subsidiária e a desnecessidade de exaurimento de todos os atos executivos em face da devedora principal.....	716
8.15	Execução em face de empresa de terceirização de serviço e a impossibilidade de bloqueio de seu crédito junto ao ente público tomador do serviço	719
Capítulo IX – OUTROS IMPORTANTES SUBSÍDIOS RELATIVOS AO DIREITO PROCESSUAL E AO DIREITO MATERIAL DO TRABALHO.		725
9.1.	Acidente de trabalho e responsabilidade civil.....	725
9.1.1	O conceito legal de acidente de trabalho.....	725
9.1.2	O acidente de trabalho e as lamentáveis estatísticas brasileiras.....	728
9.1.3	Acidentes de trabalho e as suas graves consequências jurídicas	730
9.1.4	Acidente de trabalho que não gera a morte do trabalhador e a reparação do dano patrimonial por ele sofrido.	733
9.1.5	Consequências jurídicas do acidente de trabalho com resultado morte	767
9.1.6	A idade limite para recebimento de pensão pelos filhos e o direito de acrescer dos beneficiários remanescentes	773
9.2	Alteração do contrato de trabalho e o princípio da inalterabilidade contratual unilateral lesiva ao empregado	775
9.3	Temas dos incidentes de recursos de revista repetitivos.....	785

TEMA 001. Dano moral. Exigência de certidão de antecedentes criminais. Candidato a emprego	785
TEMA 002 Bancário. Horas Extras. Divisor. Bancos Públicos e Privados.....	786
TEMA 003 Honorários Advocatícios Sucumbenciais	788
TEMA 004 Multa do art. 475-J da Lei nº 5.869/73. Inaplicabilidade ao processo do trabalho	790
TEMA 005 Adicional de insalubridade. Utilização de fones de ouvido. Operador de telemarketing.....	791
TEMA 006 Responsabilidade subsidiária. Dono da Obra. Aplicação da Orientação Jurisprudencial 191 da SBDI-1 limitada à pessoa física ou micro e pequenas empresas	792
TEMA 008 Agente de apoio socioeducativo da Fundação Casa. Adicional de Insalubridade. Laudo Pericial. Súmula 448, I, do TST	794
TEMA 009 Repouso semanal remunerado – RSR – integração das horas extraordinárias habituais – repercussão nas demais parcelas salariais – <i>bis in idem</i> – edição de Súmula do TRT da 5ª Região contrária à jurisprudência iterativa e notória do TST (OJ Nº 394, DA sbdi-1, DO TST)	794
TEMA 010 Direito ao adicional de periculosidade, decorrente da exposição do empregado à radiação ionizante oriunda de equipamento de Raio-X móvel em emergências e salas de cirurgia	795
TEMA 012 SERPRO - Prêmio de Produtividade – Supressão – Prescrição	796
TEMA 014 Intervalo intrajornada – concessão parcial – aplicação analógica do artigo 58, § 1º, da CLT	797
TEMA 015 Possibilidade de cumulação do 'Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta Externa - AADC' com o 'Adicional de Periculosidade' , previsto no § 4º do art. 193 da CLT aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que desempenham a função de carteiro motorizado (Função Motorizada 'M' e 'MV'), utilizando-se de motocicletas.....	798

TEMA 016 Adicional de Periculosidade. Artigo 193, inciso II, da CLT. Fundação Casa. Agente de Apoio Socioeducativo. Atividades e Operações Perigosas. Anexo 3 da NR 16 (Portaria 1.885/2013 - Ministério do Trabalho)....	799
TEMA 017 Cumulação de Adicionais de Periculosidade e de Insalubridade amparados em fatos geradores distintos e autônomos.....	800
TEMA 018 Definição da espécie e dos efeitos do litisconsórcio passivo nos casos de lide acerca da terceirização de serviços	800
Capítulo X – O PROCESSO DO TRABALHO – FASE COGNITIVA – GUIA SINTÉTICO.....	803